

LEI Nº 870, de 10 de setembro de 1990.

**"ESTABELECE O REGIME JURÍDICO
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE LIBERATO SALZANO E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**



GELSON ANTONIO GALLI, Prefeito Municipal em exercício do Município de Liberato Salzano, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no artigo 123 inciso II da lei Orgânica do Município que a Câmara Municipal dos Vereadores aprovou e eu Sanciono e promulgo a seguinte:

**TÍTULO I
DISPOSIÇÃO PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei institui o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Liberato Salzano.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, servidor público é a pessoa legalmente investida em Cargo público.

Art. 3º Cargo público, é aquele criado por lei, em número certo com denominação Própria e remuneração pelos cofres municipais, ao qual corresponde um conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a servidor público.

Parágrafo único. Os cargos públicos serão de provimento efetivo ou em comissão.

Art. 4º A investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas de títulos, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 1º No magistério a investidura somente se dará por concurso de provas e títulos.

§ 2º Os cargos em comissão, somente serão criados para atender encargos de direção, chefia ou assessoramento.

Art. 5º Função Gratificada é a instituída por lei para atender a encargos de direção, chefia ou assessoramento, sendo privativa de servidor detentor de provimento efetivo observados os requisitos para o exercício.

Art. 6º Ao servidor é vedado impor atribuições diversas das de seu cargo de direção, chefia, assessoramento e comissões gerais.

TÍTULO II DO PROVIMENTO E DA VACÂNCIA

Capítulo I DO PROVIMENTO

SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 7º São condições básicas para o ingresso no serviço público municipal:

- I - Ser brasileiro ou brasileira;
- II - Ter idade mínima de 18 anos;
- III - Estar quite com serviço militar e eleitoral;
- IV - Gozar de boa saúde física e mental, comprovada por exame médico;
- V - Ter atendido as condições prescritas em lei para o cargo.

Art. 8º Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros e serão providos, salvo exceções da lei orgânica, por:

- I - nomeação;
- II - recondução;
- III - transferência;
- IV - readaptação;
- V - readmissão;
- VI - reversão;
- VII - reintegração;
- VIII - aproveitamento;
- IX - promoção.

SEÇÃO II Do Concurso Público

Art. 9º As normas gerais para a realização de concursos serão estabelecidas em regulamento. PARAGRAFO ÚNICO - Além de normas gerais, os concursos serão regidos por instruções especiais, que deverão ser expedidas pelo órgão competente, com ampla publicidade.

Art. 10 Os limites de idade para inscrição em concurso público serão fixados em lei, de acordo com a natureza de cada cargo.

Parágrafo único. O candidato deverá comprovar que na data da abertura das inscrições, não havia ultrapassado a idade limite máxima para o recrutamento.

Art. 11 O prazo de validade do concurso será de pelo mínimo 02 anos, prorrogável, uma vez por igual período.

SEÇÃO Da Nomeação

Art. 12 A nomeação será feita:

I - Em comissão, quando se tratar de cargo que em virtude de lei, assim se declare ;

II - Em caráter efetivo, nos demais casos.

Art. 13 A nomeação em caráter efetivo obedecerá a ordem de classificação dos candidatos no concurso público.

SEÇÃO IV Da posse e do exercício

Art. 14 Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo compromisso.

§ 1º A posse dar-se-á no prazo de até dez dias contados da data de publicação do ato de nomeação, podendo, a pedido ser prorrogado por igual período;

§ 2º No ato da posse o servidor apresentará, obrigatoriedade, declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e nos casos que a lei indicar, declaração de bens e valores que constituem o seu patrimônio bem como prestar fiança se necessário.

Art. 15 Exercício é o desempenho das atribuições do cargo pelo servidor.

§ 1º É de cinco dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 2º Será tornado sem efeito o ato de nomeação, se não ocorrer a posse e o exercício nos

prazos aqui previstos.

§ 3º O exercício deve ser dado pelo chefe da repartição para a qual o servidor for designado.

Art. 16 Nos casos de reintegração, reversão e aproveitamento, o prazo que trata o 1º do Artigo anterior será contado da data da publicação do ato.

Art. 17 A promoção, a readaptação e a recondução, não interrompem o exercício.

Art. 18 O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados em ficha individual.

Parágrafo único. Ao entrar em exercício o servidor apresentará, ao órgão de pessoal, os elementos necessários ao assentamento individual.

Art. 19 O servidor que, por prescrição legal, deva prestar caução ou fiança como garantia, não poderá entrar em exercício sem previa satisfação dessa exigência.

§ 1º A caução poderá ser feita por uma das modalidades seguintes:

I - Real

II - Fidejussória.

§ 2º A caução só se extinguirá quando não mais for necessária a sua aplicação

§ 3º O responsável por alcance ou desvio de materiais ou bens públicos, não ficará isento da ação da administrativa e criminal e criminal, ainda que o valor de caução seja superior ao montante do prejuízo causado.

SEÇÃO V

Da Estabilidade:

Art. 20 ~~O servidor nomeado por concurso adquirirá a estabilidade, após dois anos de efetivo exercício. (Revogado pela Lei nº 1755/2000)~~

Art. 21 ~~O servidor estável só perderá em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa. (Revogado pela Lei nº 1755/2000)~~

Art. 22 ~~Enquanto não adquirir a estabilidade, poderá o servidor ser exonerado para o interesse do serviço público nos seguintes casos:~~

~~I - Inassiduidade;~~

~~II - Indisciplina;~~

~~III - Insubordinação;~~

~~IV - Ineficiência;~~

~~V - Falta de dedicação ao serviço;~~

~~VI - Má conduta;~~

~~VII - Por extinção de Cargo. (Redação acrescida pela Lei nº 1228/1994)~~

~~§ 1º Ocorrendo hipótese prevista neste artigo, o chefe imediato do servidor representará à autoridade competente, a qual deverá dar vista ao servidor, a fim de que o mesmo possa apresentar sua defesa, no prazo de 05 dias.~~

~~§ 2º Decorrido o prazo de defesa, sendo esta apresentada ou não e, atendidas as deligências eventualmente requeridas ou determinadas, a autoridade competente decidirá no prazo de 15 dias, em ato motivado, pela exoneração do servidor ou sua manutenção no cargo, continuando nesse caso sob observação. (Revogado pela Lei nº 1755/2000)~~

~~SEÇÃO VI~~

~~Da recondução~~

Art. 23 Recondução é o retorno estável ao cargo anteriormente ocupado.

~~§ 1º A recondução decorrerá de:~~

- ~~a) falta de capacidade e eficiência no exercício de outro cargo de provimento efetivo e;~~
- ~~b) reintegração do anterior ocupante.~~

~~§ 2º A hipótese de recondução de que trata a alínea "a" do parágrafo anterior, será apurada nos termos dos parágrafos do artigo 22º somente poderá ocorrer no prazo de dois anos a contar do exercício em outro cargo.~~

~~§ 3º Inexistindo vaga, serão cometidas ao servidor as atribuições do cargo de origem, assegurados os direitos e vantagens decorrentes até o regular provimento. (Revogado pela Lei nº 1755/2000)~~

SEÇÃO VII

Da transferência

Art. 24 Transferência é o deslocamento do servidor de um para outro cargo de provimento efetivo do mesmo padrão, desde que devidamente habilitado.

Parágrafo único. A transferência terá caráter competitivo entre os candidatos, quando mais de um se apresentar para ocupar o mesmo cargo.

Art. 25 A transferência será:

I - a pedido, atendido a conveniência do serviço;

II - de ofício, no interesse da administração.

Art. 26 A transferência por permuta, a pedido, será processada, o requerimento firmado por ambos os interessados, de acordo com o prescrito nesta lei.

SEÇÃO VIII

Da readaptação

Art. 27 A readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

§ 1º A readaptação será efetiva em cargo de igual padrão de vencimento ou inferior.

§ 2º Realizando-se a readaptação em cargos de padrão inferior, ficará assegurado ao servidor vencimento correspondente ao cargo que ocupava.

§ 3º Inexistindo vaga serão cometidas ao servidor às atribuições do cargo indicado, até o regular provimento.

SEÇÃO IX Da Readmissão

Art. 28 Readmissão é o ato pelo qual o ex-servidor efetivo, demitido ou exonerado, reingressa no serviço público municipal, sem direito a ressarcimento de prejuízos, assegurado apenas, a contagem de tempo de serviço em cargos anteriores, para feitos da aposentadoria, disponibilidade, gratificação adicional e avanço quinquenal.

Parágrafo único. A readmissão será, obrigatoriamente precedida de exame do respectivo processo administrativo, no qual fique demonstrado não haver inconveniente para o serviço municipal na efetivação da medida.

Art. 29 A readmissão dependerá sempre de inspeção de saúde.

SEÇÃO X Da reversão

Art. 30 Reversão é o retorno do servidor aposentado por invalidez à atividade no serviço público municipal, verificando em processo, que não substituam os motivos determinantes da aposentadoria.

§ 1º A reversão far-se-á a pedido ou de ofício, condicionada sempre a existência da vaga;

§ 2º Em nenhum caso poderá efetuar-se a reversão sem, que, mediante inspeção médica, fique provada a capacidade para o exercício do cargo.

§ 3º Somente poderá ocorrer reversão para cargo anteriormente ocupado ou, se transformado, no resultante da transformação.

Art. 31 Será tomado sem efeito à reversão e cassado a aposentadoria do servidor que, dentro do prazo legal, não entrar no exercício do cargo para qual haja sido revertido, salvo motivo de força maior amplamente comprovado.

Art. 32 Não poderá reverter o servidor que contar 70 anos de idade.

Art. 33 A reversão dará direito à contagem do tempo em que o servidor esteve aposentado, exclusivamente para a nova aposentadoria.

SEÇÃO X Da Reintegração

Art. 34 Reintegração é a investidura do servidor estável no cargo, anterior mente ocupado, quando invalidada a sua demissão por judicial, com ressarcimento de todas as vantagens. PARÁGRAFO ÚNICO - Reintegrado o servidor e não existindo vaga, aquele que houver ocupado o cargo será reconduzido ao de origem, sem direito a indenização, ou aproveitado em outro cargo ainda posto em disponibilidade.

SEÇÃO XII Da disponibilidade e do aproveitamento

Art. 35 Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, proporcional ao tempo de serviço.

Art. 36 O retorno a atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento em cargo equivalente por sua natureza e retribuição aquele que era titular. PARÁGRAFO ÚNICO - No aproveitamento terá preferência o que estiver a mais tempo em disponibilidade e, no caso de empate, o que contar mais tempo de serviço público.

Art. 37 O aproveitamento do servidor que se encontrar em disponibilidade há mais de doze meses dependerá de previa comprovação de sua capacidade física e mental, por junta médica oficial.

Parágrafo único. Verificada a incapacidade definitiva o servidor em disponibilidade será aposentado.

Art. 38 Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, contado da publicação do ato de aproveitamento, salvo doença comprovada por inspeção médica.

SEÇÃO XIII Da promoção

Art. 39 As promoções obedecerão as regras estabelecidas na lei que dispuser sobre os planos de carreira dos servidores municipais.

Capítulo II DA VACÂNCIA

Art. 40 A vacância do cargo decorrerá de:

- I - Exoneração;
- II - Demissão;
- III - Readaptação;
- IV - Recondução;
- V - Aposentadoria;
- VI - Falecimento;
- VII - Promoção.

Art. 41 Dar-se-á a exoneração:

- I - A pedido;
- II - De ofício quando:
 - a) se tratar de cargo em comissão;
 - b) de servidor não estável nas hipóteses do artigo 22 desta lei;
 - c) ocorrer posse de servidor não estável em outro cargo inacumulável, observando o disposto nos ditames desta lei.

Art. 42 A abertura da vaga ocorrerá na data da publicação da lei que cria o cargo ou do ato que formalizar qualquer das hipóteses previstas nesta lei.

Art. 43 A vacância da função gratificada dar-se-á por dispensa, a pedido, de ofício ou destituição.

Parágrafo único. A destituição será aplicada como penalidade nos casos previstos nesta lei.

TÍTULO III DAS MUTAÇÕES FUNCIONAIS

Capítulo I DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 44 Dar-se-á a substituição de titular de cargo em comissão ou de função gratificada durante o seu impedimento legal.

§ 1º A juízo do poder público, poderá este no mês de janeiro publicar a relação de

substitutos para o ano todo.

§ 2º Na falta dessa relação, a designação será feita em cada ano.

Art. 45 O substituto fará juz ao vencimento do cargo em comissão ou do valor da função gratificada, se a substituição ocorrer por prazo superior a sete dias.

Capítulo II DA REMOÇÃO

Art. 46 Remoção é o deslocamento do servidor de uma repartição para outra ou repartições dentro da área geográfica do município.

§ 1º A remoção poderá ocorrer:

I - A pedido, atendida a conveniência do serviço.

II - De ofício, do interesse da administração.

Art. 47 A remoção será sempre feita por ato de autoridade competente.

Art. 48 A remoção por permuta será precedida por requerimento firmado por ambos os interessados.

Capítulo III DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

Art. 49 O exercício da função de confiança pelo servidor efetivo poderá ocorrer sob a forma de função gratificada.

Art. 50 A função gratificada, é instituída por lei para atender encargos de direção, chefia ou assessoramento, que não justifiquem a criação de cargo em comissão.

Parágrafo único. A função gratificada poderá também ser criada em paralelo com cargo em comissão, como forma alternativa de provimento da posição de confiança, hipótese em que o valor da mesma não poderá ser superior a 50% do vencimento do cargo em comissão.

Art. 51 A designação para o exercício da função gratificada, que nunca será acumulativa com o cargo em comissão, será feita por ato expresso da autoridade competente.

Art. 52 O valor da função gratificada continuará sendo percebido cumulativamente com o vencimento do cargo de provimento efetivo.

Art. 53 O valor da função gratificada continuará sendo percebido pelo servidor que, sendo seu ocupante, estiver ausente em virtude de férias, luto, casamento, licença para tratamento de saúde, licença gestante ou paternidade, serviços obrigatórios por lei ou

funções decorrentes de seu cargo ou função.

Art. 54 Será tornada sem efeito a designação do servidor que não entrar em exercício da função gratificada no prazo de 02 dias, a contar do ato da investidura.

Art. 55 O provimento da função gratificada poderá recair também em servidor de outra entidade pública, posto a disposição do município sem prejuízos de seus vencimentos.

Art. 56 É facultado ao servidor efetivo do município, quando indicado para o exercício de cargo em comissão, optar pelo provimento sob forma de função gratificada correspondente.

Art. 57 A lei indicará os casos e condições em que os cargos em comissão serão exercidos preferencialmente por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.

TÍTULO IV DO REGIME DE TRABALHO

Capítulo I DO HORÁRIO DO PONTO.

Art. 58 O prefeito determinará quando não estabelecido em lei ou regulamento, o horário de expediente das repartições.

Art. 59 O horário normal de trabalho de cada cargo ou função é o estabelecido na legislação específica, não podendo ser superior a 08 horas diárias e quarenta e quatro horas semanais.

Art. 60 Atendendo a conveniência ou necessidade do serviço, e mediante acordo escrito, poderá ser instituído sistema de compensação ver horário, em que a jornada diária poderá ser superior a oito horas sendo o excesso de horas compensado pela correspondente diminuição em outro dia, observada sempre a jornada máxima semanal.

Art. 61 A frequência do servidor será controlada:

I - Pelo ponto;

II - pela forma determinada em regulamento, quando os servidores não sujeitos a ponto.

§ 1º O ponto é o registro, mecânico ou não, que assinala o comparecimento do servidor ao serviço e pelo qual se verifica, diariamente a sua entrada e saída.

§ 2º Com exceção nos casos previstos no inciso II deste artigo, é vedado dispensar o servidor do registro do ponto e abonar faltas ao serviço.

Capítulo II

SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

Art. 62 A prestação de serviços extraordinário só poderá ocorrer por expressa determinação da autoridade competente, mediante solicitação fundamentada do chefe da repartição, ou de ofício.

§ 1º O serviço extraordinário será remunerado por hora de trabalho que exceda o período normal, com acréscimo de 50% em relação a hora normal.

§ 2º Salvo casos excepcionais, devidamente justificados, não poderá o trabalho em horário extraordinário exceder a duas horas diárias.

Art. 63 O serviço extraordinário, excepcionalmente, poderá ser realizado sob forma de plantões para assegurar o funcionamento dos serviços interruptos.

Parágrafo único. O plantão extraordinário visa a substituição do plantonista afastado ou em falta ao serviço.

Art. 63-A Fica instituído o sistema de serviço de plantão bem como o de sobre aviso, nos finais de semana e nos feriados, no município de Liberato Salzano, que será assim disciplinado:

§ 1º os sistemas de serviço de plantão e de sobre aviso compreendem o espaço de tempo de 24 (vinte e quatro) horas, 20 (vinte) horas de um dia ate as 20 (vinte) horas do dia seguinte.

I - a remuneração dos plantões será efetuada a proporção de 10% (dez por cento) do valor de referencia do cargo do servidor plantonista classe A.

II - a remuneração do sobre aviso será efetuada a proporção de 5% (cinco por cento) do valor de referencia do cargo do servidor sobre aviso classe A.

§ 2º Tanto o sistema de plantão quanto o sistema de sobre aviso, quando determinados pela autoridade superior, e quando absolutamente necessários, deverão obedecer escala de serviços previamente disciplinada entre todos os servidores da referida função investidos no setor. (Redação acrescida pela Lei nº 2965/2010)

Art. 64 O exercício do cargo em comissão ou de função gratificada não sujeitos ao controle de ponto, exclui a remuneração por serviço extraordinário.

Capítulo III REPOUSO SEMANAL

Art. 65 O servidor tem direito a repouso, remunerado, num dia de cada semana, por preferencialmente aos domingos, bem como nos dias feriados civis e religiosos.

§ 1º A remuneração do dia de repouso corresponderá a um dia normal de trabalho.

§ 2º Na hipótese de servidores com remuneração por produção, peça ou tarefa, a remuneração do repouso corresponderá ao total da produção da semana, divididos pelos dias úteis da semana.

§ 3º Consideram-se já remunerados os dias de repouso semanal do servidor mensalista ou quinsenalista, cujo vencimento remunera trinta ou quinze dias respectivamente.

Art. 66 Perderá a remuneração do repouso o servidor que tiver faltado sem motivo justificado, ao serviço durante a semana, mesmo em que apenas um turno.

Parágrafo único. São motivos justificados as concessões, licenças e afastamentos previstos em lei, nas quais o servidor continua com direito ao vencimento normal, como se em exercício estivesse.

Art. 67 Nos serviços públicos interruptos poderá ser exigido trabalho nos dias feriados civis e religiosos, hipótese em que as horas trabalhadas serão pagas com acréscimo de 50%, salvo concessão de outro dia de folga compensatória.

TITULO V DOS DIREITOS E VANTAGENS

Capítulo I DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 68 Vencimento é a retribuição paga ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao valor básico fixado em lei.

Art. 69 Remuneração é o vencimento acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

Art. 70 A maior remuneração atribuída a cargo público não será superior a quinze vezes o valor do menor padrão de vencimento.

Art. 71 Excluem-se dos tetos de remuneração estabelecidos nos artigos precedentes as vantagens previstas nos artigos 85º, inciso I e VI, 97, 100 e a remuneração por serviço extraordinário.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, o total dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por servidor público municipal não poderá ser superior aos valores percebidos como remuneração em espécie pelo prefeito.

Art. 72 O servidor perderá:

I - A remuneração dos dias que faltar ao serviço bem como dos dias de repouso da respectiva semana, sem prejuízo da penalidade disciplinar cabível.

II - A parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores há trinta minutos, sem prejuízo da penalidade disciplinar cabível.

III - Metade da remuneração na hipótese prevista no artigo 147 e seu parágrafo único.

Art. 73 Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração do provimento.

Parágrafo único. Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, até o limite de 30% da remuneração, ressalvando ainda o "caput" deste artigo.

Art. 74 As reposições divididas à fazenda municipal poderão ser feitas em parcelas mensais, corrigidas monetariamente, e mediante desconto em folha de pagamento.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá exceder a 20% da remuneração do servidor.

§ 2º O servidor será obrigado a repor de uma só vez, a importância do prejuízo, causado a fazenda municipal em virtude de alcance, desfalque ou omissão em efetuar recolhimento ou entradas, nos prazos legais.

Art. 75 O servidor em débito com o horário que for demitido, exonerado ou que tiver a sua disponibilidade cassada, terá que por a quantia de uma só vez.

Parágrafo único. A não quitação do débito implicará em sua inscrição em dívida ativa.

Capítulo II DAS VANTAGENS

Art. 76 Além dos vencimentos poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

I - Indenização;

II - Gratificações e adicionais;

III - Prêmio por assiduidade;

IV - Auxílio para diferença de caixa;

§ 1º As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

§ 2º As gratificações, ou adicionais, os prêmios os auxílios incorporam-se ao vencimento ou

provimento, nos casos e condições indicados em lei.

Art. 77 As vantagens pecuniárias não são computadas nem acumuladas para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

SEÇÃO I

Das indenizações

Art. 78 Constituem indenizações ao servidor:

I - Diárias;

II - Ajuda de custo;

III - Transporte.

Subseção I

Das diárias

Art. 79 Ao servidor que, por determinação da autoridade, competente, se deslocar eventual ou transitoriamente fora do município, no desempenho de suas atribuições, ou em missão de estudo e de interesse da administração serão acrescidas além de transporte, diárias para cobrir as despesas de alimentação, pousada e locomoção urbana.

§ 1º Nos casos em que o deslocamento não exija pernoite fora da sede, não exija pelo menos duas refeições, as diárias serão pagas por metade.

§ 2º Quando o deslocamento exigir apenas uma refeição, fora da sede, será indenizada esta mediante comprovação;

§ 3º Nos deslocamentos para a capital do estado e para fora deste as diárias serão acrescidas, respectivamente de 20% e 50%.

§ 4º Os valores das diárias serão estabelecidas em lei.

Art. 80 Se o deslocamento do servidor constituir exigência permanente do cargo, não fará juz as diárias.

Art. 81 O servidor que perceber diárias e não se afastar da sede por qualquer motivo fica obrigado a restituí-las integralmente no prazo de três dias.

Parágrafo único. Na hipótese de o servidor retornar ao município em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, em igual prazo.

Subseção II

Da ajuda de custo

Art. 82 A ajuda de custo destina-se a cobrir despesas de viagens e instalação do servidor que for designado para exercer missão ou estudo fora do município, por tempo que justifique a mudança temporária de residência.

Parágrafo único. A concessão de ajuda de custo ficará a critério da autoridade competente, que considerará os aspectos relacionados com a distância percorrida, o número de pessoas que acompanharão e a duração da ausência.

Art. 83 A ajuda de custo não poderá exceder o dobro do vencimento do servidor, salvo quando o deslocamento for para o exterior, caso em que poderá ser de até quatro vezes o vencimento, desde que arbitrada justificadamente.

Subseção III

Do transporte

Art. 84 Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização do meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos; por força das atribuições próprias do cargo.

§ 1º Somente fará jus a indenização de transporte pelo seu valor integral, o servidor que, no mês, haja efetivamente realizado realmente serviço externo, durante pelo menos vinte dias.

§ 2º Se o número de dias de serviço externo for inferior ao previsto no parágrafo anterior, a indenização será indevida na proporção de um a vinte avos por dia de realização do serviço.

Seção II

Das gratificações adicionais

Art. 85 Constituem gratificações e adicionais dos servidores municipais:

I - Gratificação natalidade.

II - Adicional por tempo de serviço.

III - Adicional pelo exercício de atividade em condições penosas, insalubres ou perigosa.

IV - Adicional noturno.

Subseção I

Da gratificação natalina

Art. 86 A gratificação natalina corresponde a doze avos da remuneração do servidor, nela fazendo parte os adicionais de insalubridade e periculosidade.

Art. 87 A gratificação natalina será paga até o dia vinte do mês de dezembro de cada ano. PARÁGRAFO ÚNICO - Entre os meses de maio e outubro de cada ano o município pagará, como adiantamento de gratificação referida, de uma só vez, metade da remuneração percebida no mês anterior.

Art. 88 O servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de efetivo exercício calculada sobre a remuneração do mês de exoneração.

Art. 89 A gratificação natalina não será considerada para o cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Subseção II Do adicional por tempo de serviço

Art. 90 O adicional por tempo de serviço é devido a razão de 1% ao ano de serviço público prestado ao município, incidente sobre o vencimento do servidor ocupante de cargo efetivo. PARÁGRAFO ÚNICO - O servidor fará jus ao adicional a partir do mês em que completar o anuênio.

Subseção III Dos adicionais de penosidade, insalubridade e periculosidade.

Art. 91 Os servidores que executam atividades penosa, insalubres ou perigosas fazem jus a um adicional sobre o vencimento do Padrão I (em romano).

Parágrafo único. As atividades penosas, insalubres e perigosas serão definidas em lei própria.

I - o exercício da atividade de operador de máquinas, com percepção de um adicional de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do Padrão I (em romano).

II - o exercício da atividade desenvolvida pelos servidores na coleta do lixo em grau máximo, ou seja, 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento do Padrão I (em romano).

Parágrafo único. Somente fará jus a insalubridade aos servidores que exercerem suas atividades na coleta do lixo e no caso dos operadores no efetivo exercício com a máquina.

I - O exercício de atividade de mecânico, com percepção de adicional de 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento do Padrão I (em romano).

II - O exercício de atividade de servente, com percepção de adicional de 20% (vinte por

cento), sobre o vencimento do Padrão I (em romano).

Art. 92 O exercício de atividade em condições de insalubridade, assegurará ao servidor a percepção de um adicional respectivamente de 40%, 20% e 10%, seguindo a classificação dos graus máximo, médio e mínimo, sobre o vencimento do Padrão I (em romano).

Art. 93 O adicional de periculosidade e de penosidade, serão respectivamente de 30% e 20%.

Art. 94 Os adicionais de penosidade, insalubridade e periculosidade não serão cumuláveis, cabendo o servidor optar por um deles, quando for o caso.

Art. 95 O direito ao adicional de penosidade, insalubridade, ou periculosidade, cessa com a eliminação das condições ou riscos que lhe dão a causa ou concessão.

Subseção IV Do adicional noturno

Art. 96 O servidor que prestar trabalho noturno fará jus a um adicional de 20% sobre o vencimento ou cargo.

§ 1º Considera-se trabalho noturno, para efeitos deste artigo, o executado entre as 22 horas de um dia e as 05 horas do seguinte.

§ 2º Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, o adicional será pago proporcionalmente as horas de trabalho noturno.

Seção III Do prêmio por assiduidade

Art. 97 Após cinco anos de serviço ininterruptos prestados ao município, a contar da investidura em cargo de provimento efetivo, o servidor, fará jus a um prêmio por assiduidade de valor igual a um mês de vencimento de seu cargo efetivo, mesmo que esteja no exercício de cargo em comissão ou função modificada.

Art. 98 Interrompem o quinquênio, para efeito do artigo anterior, as seguintes ocorrências:

I - penalidade disciplinar de suspensão;

II - afastamento do cargo em virtude de:

- a) licença para tratamento de interesse particular. b) licença para tratamento de interesse da família.
- c) condenação a pena privativa de liberdade, por sentença definitiva. d) desempenho de mandato classista; e
- e) licença para atividade política.

Parágrafo único. As faltas justificadas ao serviço retardarão a concessão ao prêmio previsto neste artigo, na proporção de um mês para cada falta, e as licenças para tratamento de saúde excedentes de noventa dias, consecutivos ou não, salvos se decorrentes de acidentes em serviço ou moléstia profissional, protelam a concessão do prêmio em período igual ao número de dias de licença.

Art. 99 O prêmio por assiduidade não será considerado para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

SEÇÃO IV

Do auxílio para diferença de caixa

Art. 100 O servidor que, por força das atribuições próprias de seu cargo, pague ou receba em moeda corrente, perceberá um auxílio para diferença de caixa, no montante a 10% do vencimento.

§ 1º O servidor que estiver respondendo legalmente pelo tesoureiro ou caixa, durante os impedimentos legais deste, fará juz ao pagamento ou auxílio.

§ 2º O auxílio de que trata este artigo só poderá ser pago enquanto o servidor estiver efetivamente executado os serviços de pagamento ou recebimento e nas férias regulares.

Capítulo III DAS FÉRIAS

Seção I

Do direito das férias e da sua duração

Art. 101 O servidor terá direito a anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo de remuneração.

Art. 102 Após cada período de doze meses de vigência da relação entre o município e o servidor, terá este direito a férias, na seguinte proporção.

I - 30 dias corridos quando não houver faltado ao serviço mais de 05 vezes;

II - 24 dias corridos quando houver tido de 06 a 14 faltas.

III - 18 dias corridos, quando houver tido de 15 a 23 faltas.

IV - 12 dias corridos, quando houver 24 a 32 faltas.

Parágrafo único. É vedado descontar, as faltas do servidor ao serviço.

Art. 103 Não serão consideradas faltas ao serviço as concessões, licenças e afastamentos previstos em lei, nos quais o servidor continua com direito ao vencimento normal, como se em exercício estivesse.

Art. 104 O tempo de serviço anterior será somado ao posterior para fins de aquisição do período aquisitivo de férias nos casos de licença previstas nos incisos II, III, V, VI, do artigo 111.

Art. 105 Não terá direito a férias o servidor que no concurso do período aquisitivo tiver gozado licença para tratamento de saúde, por acidente em serviço, por motivo de doença em família, por mais de 06 meses embora descontínuos e licença para tratar de interesses particulares por qualquer prazo.

Parágrafo único. Iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo quando o servidor, após o implemento de condições previstas neste artigo, retornar ao trabalho.

SEÇÃO II

Da concessão e gozo de férias

Art. 106 É obrigatória a concessão e gozo das férias em um só período nos dez meses subsequentes a data em que o servidor tiver adquirido o direito.

Parágrafo único. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna ou por motivo de superior interesse público.

Art. 107 A concessão de férias, mencionada o período de gozo será participado, por escrito, ao servidor com antecedência de no mínimo 30 dias, cabendo a este assinar respectiva notificação.

Art. 108 Vencido o prazo mencionado no artigo 106º sem que a administração tenha concedido as férias, incumbe ao servidor no prazo de 10 dias, requerer o gozo das férias, sob pena de direito as mesmas.

§ 1º Recebido o requerimento, a autoridade responsável terá o prazo de 15 dias para despachar, marcado o período de gozo, dentro de 60 dias seguintes.

§ 2º Não atendido o requerimento pela autoridade competente no prazo legal, o servidor poderá ajuizar ação pedindo a fixação por sentença da época das férias.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, a remuneração será devida em dobro, sendo de responsabilidade da autoridade infratora a quantia relativa a metade do valor devido, a qual será recolhida ao erário no prazo de cinco dias a contar da concessão das férias nestas condições ao servidor.

SEÇÃO III

Da remuneração das férias

Art. 109 O servidor receberá durante as férias a remuneração da mesma acrescida de 1/3.

§ 1º Os adicionais, exceto o por tempo de serviço que será computado sempre integralmente, as gratificações e o valor de função gratificada não percebida durante o período aquisitivo, serão computados proporcionalmente, observados os seguintes valores atuais.

§ 2º O pagamento da remuneração das férias, por solicitação do servidor, será feito dentro dos cinco dias anteriores ao início do gozo.

SEÇÃO IV Dos efeitos da exoneração

Art. 110 No caso de exoneração será devida ao servidor a remuneração correspondente ao período de férias, cujo direito tenha adquirido.

Parágrafo único. O servidor exonerado após doze meses de serviço, terá direito também a remuneração relativa ao período incompleto de férias, de acordo com o artigo 102º na proporção de um doze avos por mês de serviço ou fração superior a quatorze dias.

Capítulo IV DAS LICENÇAS

SEÇÃO I Disposições gerais

Art. 111 Conceder-se-á licença ao servidor:

I - por motivo de doença em pessoa da família.

II - para o serviço militar.

III - para concorrer a cargo eletivo.

IV - para tratar de interesses particulares

V - para desempenho de mandato classista.

VI - para gestante ou paternidade.

§ 1º O servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a 24 meses, salvos nos casos dos incisos II, III, IV e V.

§ 2º A licença concedida dentro de 60 dias do término de outra mesma espécie será

considerada como prorrogação.

SEÇÃO II

Da licença por motivo de doença a pessoa da família.

Art. 112 Será concedida licença ao servidor, por motivo de doença do cônjuge, do companheiro, do pai ou da mãe, filho ou enteado e de irmão mediante comprovação médica oficial do município.

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não poder ser emprestada simultaneamente com o exercício do cargo o que deverá ser apurado, através de acompanhamento pela administração municipal.

§ 2º A licença será concedida sem prejuízo da remuneração, até um mês e após, com os seguintes descontos:

I - de 1/3 quando se exceder de um mês e até dois meses ;

II - de 2/3 quando exceder de dois meses até cinco meses;

III - sem remuneração a partir do sexto mês até o máximo de dois anos.

SEÇÃO III

Da licença para o serviço militar

Art. 113 Ao servidor que for convocado para o serviço militar ou outros encargos de segurança nacional, será cedida licença sem remuneração.

§ 1º A licença será concedida a vista de documentação oficial que comprove a convocação

§ 2º O servidor desincorporado em outro estado da Federação deverá reassumir o exercício do cargo dentro do prazo de 30 dias; se a desincorporação ocorrer dentro do estado o prazo será de 15 dias.

SEÇÃO IV

Da licença para concorrer a cargo eletivo

Art. 114 O servidor terá direito a licença sem remuneração durante o período que mediar entre a sua escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro de sua candidatura perante a justiça eleitoral.

§ 1º O servidor candidato a cargo eletivo no próprio município e que exerça cargo ou função de direção, chefia arrecadação ou fiscalização ou dele será afastado a partir do dia imediato ao registro, até o dia seguinte ao pleito.

§ 2º A partir do registro da candidatura até o quinto dia seguinte ao da eleição, salvo se lei federal específica estabelecer prazos maiores, o servidor ocupante de cargo eletivo, fará jus a licença remunerada, proporcional ao tempo de serviço, como se em efetivo exercício estivesse.

SEÇÃO V

Licença para tratar de interesses particulares.

Art. 115 A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para tratar assuntos particulares, pelo prazo de até dois anos consecutivos, sem remuneração.

§ 1º A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

§ 2º Não se concederá nova licença antes de decorridos dois anos do término ou interrupção do anterior.

§ 3º Não se concederá licença a servidor nomeado ou removido, antes de completar um ano de exercício no novo cargo ou repartição.

SEÇÃO VI

Licença para desempenho de mandato classista.

Art. 116 É assegurado ao servidor o direito a licença para desempenho de mandato em confederação, federação ou sindicato representativo de categoria, sem remuneração.

§ 1º Somente poderão licenciados servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, até no máximo de 03 por entidade.

§ 2º A licença terá duração igual a do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição e por uma única vez.

Capítulo V

DO AFASTAMENTO PARA SERVIR OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE.

Art. 117 O servidor poderá ser cedido para Ter exercício em outro órgão ou entidade dos poderes da União dos Estados a dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

I - Para o exercício da função de confiança;

II - Em casos previstos em leis específicas: e

III - Para cumprimento do convênio.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso I deste artigo será sem ônus para o município e nos

demaís casos conforme dispuser a lei o convênio.

Capítulo VI DAS CONCESSÕES

Art. 118 Sem qualquer prejuízo, poderá ao servidor ausentar-se do serviço;

I - por um dia, em cada doze meses de trabalho, para doação de sangue devendo comprovar;

II - até dois dias para se alistar como eleitor;

III - até cinco dias consecutivos por motivo de:

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos ou enteados ou irmão;

IV - Até dois dias consecutivos por motivo de falecimento do avô ou avó.

Art. 119 Poderá ser concedido horário especial ao servidor estudante quando comprovada a incompatibilidade entre horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo. PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeitos do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.

Capítulo VII DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 120 A ocupação do tempo de serviço será feita em dias:

§ 1º O número será convertido em anos, considerados de 365 dias.

§ 2º Feita à conversão os dias restantes, até cento e oitenta e dois, não serão computados, arredondando-se para um ano quando excederem este número para efeito de cálculos e provimentos de aposentadoria.

Art. 121 Além das ausências ao serviço previsto no artigo 118º, não considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I - férias;

II - exercício de cargo em comissão no município;

III - convocação para o serviço militar;

IV - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

V - licença para:

- a) a gestante, a adotante e a paternidade.
- b) para tratamento de saúde, inclusive por acidente em serviço, ou moléstia profissional; e
- c) licença para tratamento de saúde de pessoa da família, quando remunerada tal licença.

Art. 122 Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade o tempo:

I - de serviço público federal, estadual e municipal inclusive o prestado as suas autarquias;

II - licença para desempenho de mandato classista;

III - licença para concorrer a cargo eletivo; e

IV - em que o servidor esteve em disponibilidade remunerada.

Art. 123 Para efeito da aposentadoria, será computado também o tempo de serviço na atividade provada, nos termos da legislação federal pertinente, desde que o servidor conte com mais de 15 anos de serviços prestados ao município.

Art. 124 O tempo de afastamento para exercício de mandato eletivo será contado na forma das disposições constitucionais ou legais específicas.

Art. 125 É vedada a contagem acumulada de tempo de serviço simultâneo.

Capítulo VIII DO DIREITO DE PETIÇÃO.

Art. 126 É assegurado ao servidor o direito de requerer, pedir reconsideração, recorrer e representar em defesa de direito ou de interesse legítimo.

Parágrafo único. As petições salvo determinação expressas em lei ou regulamento, serão dirigidas ao Prefeito Municipal e terão decisões ao prazo de 30 dias.

Art. 127 O pedido de reconsideração deverá conter novos argumentos ou provas suscetíveis de reformar o despacho, a decisão ou o ato.

Parágrafo único. O pedido de reconsideração, que não poderá ser renovado, será submetido a autoridade que houver prolatado o despacho, proferido a decisão ou praticado o ato.

Art. 128 Caberá recurso ao prefeito, como última instância administrativa, sendo indelegável sua decisão.

Parágrafo único. Terá caráter de recurso o pedido de reconsideração quando o prolator do

despacho, decisão ou ato houver sido o prefeito.

Art. 129 O prazo para interposição de pedido de consideração ou de recurso, é de trinta dias a contar da publicação ou ciência, pelo interessado da decisão recorrida.

Parágrafo único. O pedido de reconsideração e o recurso não terão efeito suspensivo e, se providos, seus efeitos retroagirão a data do ato impugnado.

Art. 130 O direito de reclamação administrativa prescreve, salvo disposição legal em contrário em um ano a contar do ato ou fato do qual se originou.

§ 1º O prazo prescricional terá início na data de publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

§ 2º O pedido de reconsideração e o recurso interrompem a prescrição administrativa.

Art. 131 A representação será dirigida ao chefe imediato do servidor que, se a solução não for da sua alçada a encaminhará a quem de direito.

Parágrafo único. Se não for dado andamento a representação, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, poderá o servidor dirigi-las direta e sucessivamente as chefias superiores.

Art. 132 É assegurado o direito de visitas do processo ao servidor ou seus representantes legal.

TÍTULO VI DO REGIME DISCIPLINAR

Capítulo I DOS DEVERES.

Art. 133 São deveres do servidor:

I - Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - Lealdade às instituições a que servir;

III - Observância das normas legais e regulamentares;

IV - Cumprimento as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegal a juízo de autoridade competente.

V - Atender com presteza:

a) ao público em geral prestando as informações pedidas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

- b) a expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal; e
- c) as requisições de defesa da fazenda pública.

VI - Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo.

VII - Zelar pela economia do material de conservação do patrimônio público.

VIII - Guardar sigilo sobre assuntos de repartição.

IX - Manter conduta compatível com a moralidade administrativa.

X - Ser assíduo e pontual ao serviço.

XI - Tratar com urbanidade e respeito às pessoas.

XII - Representar contra a ilegalidade e abuso de poder.

XIII - Apresentar-se ao serviço em boas condições e convenientemente trajado ou com uniforme que for determinado.

XIV - Observar as normas de segurança e medicina do trabalho estabelecido bem como o uso obrigatório dos equipamentos de proteção individual (EPI) que lhe forem fornecidos.

XV - Manter espírito de cooperação e solidariedade com os colegas de trabalho.

XVI - Frequentar cursos e treinamentos instituídos para seu aperfeiçoamento e especialização.

XVII - Apresentar relatório ou resumos de suas atividades nas hipóteses e prazos previstos em lei ou regulamento ou quando determinado pela autoridade competente.

XVIII - Sugerir providências tendentes a melhoria ou aperfeiçoamento do serviço.

Parágrafo único. Será considerado como co-autor o superior hierárquico que, recebendo denúncia ou representação a respeito de irregularidade no serviço ou falta cometida por servidor, seu subordinado, deixar de tomar as providências necessárias e sua apuração.

Capítulo II DAS PROIBIÇÕES

Art. 134 É proibido ao servidor qualquer ação ou omissão capaz de comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência do serviço ou causar dano a administração pública especialmente;

- I - Ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do chefe imediato.
- II - Retirar sem prévia anuência da autoridade, qualquer documento, objeto da repartição.
- III - Recusar fé aos documentos públicos.
- IV - Opor resistência injustificada ao andamento de documentos e, processo, ou execução de serviço.
- V - Promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição.
- VI - Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do poder público, mediante manifestação escrita ou oral.
- VII - Cometer a pessoa estranha a repartição fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;
- VIII - Compelir ou aliciar outro servidor no sentido de filiação e associação profissional ou sindical, ou a partido político.
- IX - Manter sob sua chefia imediata, cônjuge companheiro ou parente até segundo grau civil, salvo de decorrente de nomeação por concurso público.
- X - Valer-se de cargo para lograr provimento pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.
- XI - Atuar como procurador ou intermediário, junto a repartição pública, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até segundo grau.
- XII - Receber propinas, comissão, presentes ou vantagens de qualquer espécie em razão de suas atribuições.
- XIII - Aceitar comissão, emprego ou pensão de Estado Estrangeiro, com licença prévia nos termos da lei.
- XIV - Participar usura sob qualquer de suas formas.
- XV - proceder de forma decidiosa no desempenho das funções.
- XVI - cometer a outro servidor atribuições estranhas as do cargo que ocupa exceto em situações de emergência e transitória.
- XVII - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares, e
- XVIII - exceder quais quer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

Art. 135 É lícito ao servidor público criticar atos do poder público do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, em trabalho assinado.

CAPÍTULO III

Da acumulação

Art. 136 É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º Excetuam-se da regra deste artigo os casos previstos na constituição Federal, mediante comprovação escrita da compatibilidade de horários.

§ 2º A proibição de acumular estende-se a cargos empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do distrito federal, dos municípios e territórios.

Capítulo IV

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 137 O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 138 A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte prejuízo ao erário ou a terceiros.

§ 1º A indenização de prejuízo causado ao erário público poderá ser liquidada na forma do artigo 74.

§ 2º tratando-se de dano causado a terceiro, responderá o servidor perante a fazenda pública, em ação regressiva.

§ 3º A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra ele será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 139 A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

Art. 140 A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou comisso praticado de cargo ou função.

Art. 141 As sanções civis, penais e administrativas, poderão cumular-se sendo independentes entre si.

Art. 142 A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Capítulo V DAS PENALIDADES

Art. 143 São penalidades disciplinares:

- I - advertência;
- II - suspensão;
- III - demissão;
- IV - cassação de aposentadoria e disponibilidade; e
- V - destruição de cargo ou função de confiança;

Art. 144 Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes.

Art. 145 Não poderá ser aplicada mais de uma pena disciplinar pela mesma infração.
PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de infrações simultânea, a maior observa as demais, funcionando estas como agravantes na gradação da penalidade.

Art. 146 Observando o disposto nos artigos precedentes, a pena de advertência ou suspensão aplicada, a critério da autoridade competente por escrito, na inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna e nos casos de violação de proibição que não tipifique infração sujeita a penalidade de demissão.

Art. 147 A pena de suspensão não poderá ultrapassar a 60 dias.

Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% por dia de remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 148 Será aplicada ao servidor a pena de demissão nos casos de:

- I - Crime contra a administração pública.
- II - Abandono no cargo.
- III - Indisciplina ou insubordinação graves ou reiteradas.
- IV - Inassiduidade ou impontualidade habituais.
- V - Improbidade administrativa.

VI - Incontinência pública e conduta escandalosa.

VII - Ofensa física contra qualquer pessoa, cometida em serviço, salvo em legítima defesa.

VIII - Aplicação irregular do dinheiro público.

IX - Revelação de segredo apropriado em razão do cargo.

X - Lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal.

XI - Corrupção.

XII - Cumulação irregular de cargos ou funções.

XIII - Transgressão do artigo 134º incisos X a XVI.

Art. 149 A acumulação que trata o inciso XII do artigo anterior, acarreta a demissão de um dos cargos, emprego ou função, dando-se ao servidor o prazo de 05 dias para a opção.

§ 1º Se comprovado que a acumulação se deu por má fé o servidor será demitido de ambos os cargos e obrigado a devolver o que houver recebido dos cofres públicos.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior sendo um dos cargos, empregos ou funções exercidos nas uniões, nos Estados, no Distrito Federal ou em outro município a demissão será comunicada a outro órgão ou entidade onde ocorre a acumulação.

Art. 150 A demissão nos casos do inciso V, VIII e X do artigo 148º implica em disponibilidade de bens e ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 151 Configura abandono de cargo a ausência internacional ao serviço por mais de 30 dias consecutivos.

Art. 152 A demissão por inassuidade ou impotabilidade somente será aplicada quando caracterizada a habitualidade de modo a representar séria violação dos deveres e obrigações dos servidores, após anteriores punições por advertência ou suspensão.

Art. 153 O ato de imposição de penalidade mencionará sempre o fundamento legal.

Art. 154 Será cassada a aposentadoria e a disponibilidade se ficar provado que o inativo:

I - Praticou na atividade falta punível como a demissão.

II - Aceitou ilegalmente cargo ou função pública.

III - Praticou usura, em qualquer das suas formas.

Art. 155 A pena de destruição de função de confiança será aplicada:

I - Quando se verificar falta de exaço no seu desempenho;

II - Quando for verificado que, por negligência ou benevolência, o servidor contribuiu para que não se apurasse no devido tempo, irregularidade no serviço.

Parágrafo único. A aplicação da penalidade neste artigo não implica em perda do cargo efetivo.

Art. 156 O ato de aplicação da penalidade é de competência do prefeito municipal.
PARÁGRAFO ÚNICO - Poderá ser delegada competência aos secretários municipais para aplicação das penas de suspensão ou advertência.

Art. 157 A demissão por infringência do artigo 134º incisos X e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo ou função pública do município, pelo prazo de 05 anos. PARÁGRAFO ÚNICO - Não poderá retornar ao serviço público municipal o servidor que for demitido por infringência do artigo 143º incisos I, V, VIII, X e XI.

Art. 158 A pena de destruição de função gratificada implica na impossibilidade de ser investido em função dessa natureza durante o período de dois anos a contar do ato de punição.

Art. 159 As penalidades aplicadas ao servidor serão registradas em sua ficha funcional.

Art. 160 A ação disciplinar prescreverá:

I - em cinco anos quando as infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria e disponibilidade ou destruição de função de confiança;

II - em dois anos quando há suspensão; e

III - em 180 dias quando há advertência.

§ 1º A falta também prevista na lei penal como crime prescreverá juntamente com este.

§ 2º O prazo de prescrição começa a correr da data em que a autoridade tomar conhecimento da existência da falta.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, todo o prazo começa a correr novamente, no dia da interrupção.

Seção I

Disposições preliminares

Art. 161 A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a prover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar.

§ 1º As denúncias sobre irregularidades serão objetos de apuração desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formulados por escrito.

§ 2º Quando o fato narrado, de modo evidente, não configurar infração disciplinar ou ilícita penal a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

Art. 162 As irregularidades e faltas funcionais serão apuradas por meio de:

I - Sindicância, quando não houver dados suficientes para a sua determinação ou para apontar o servidor faltoso.

II - Processo administrativo disciplinar, quando há gravidade da ação ou omissão, torne o servidor possível de demissão, cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.

Seção II

Da suspensão preventiva

Art. 163 A autoridade competente poderá determinar a suspensão preventiva do servidor, até 60 dias, prorrogável por mais de 30 se, fundamentalmente houver necessidade de seu afastamento para apuração de falta a ele apurada.

Art. 164 O servidor terá direito:

I - À remuneração e a contagem do tempo de serviço relativo ao período de suspensão preventiva, quando do processo não resultar punição ou esta se limitar a pena de advertência.

II - À remuneração e a contagem do tempo de serviço correspondente ao período de afastamento excedente ao prazo de sustentação afetivamente aplicada.

Seção III

Da sindicância

Art. 165 A sindicância será cometida a servidor, podendo este ser dispensado de suas atribuições normais, até a apresentação do relatório.

Parágrafo único. A critério da autoridade competente, considerando o fato a ser considerado o ato a ser apurado, a função sindicante poderá ser atribuída a uma comissão de servidores até o máximo de três.

Art. 166 O sindicante ou a comissão efetuará de forma sumária, as diligências necessárias ao esclarecimento da ocorrência e indicação do respectivo responsável, concluindo no prazo de dez dias no máximo, o relatório final a respeito.

§ 1º Preliminarmente, deverá ser ouvido o autor da representação e o servidor implicado, se houver.

§ 2º Reunidos os elementos apurados, o sindicante ou comissão traduzirá no relatório as suas conclusões, indicando o possível culpado, qual irregularidade ou transgressão e o seu enquadramento nas disposições estatutárias.

Art. 167 A autoridade de posse do relatório decidirá em 05 dias úteis, podendo aplicar a pena de advertência, suspensão ou outra de amparo legal, instaurar processo administrativo ou arquivar o processo.

§ 1º Entendo a autoridade competente que os fatos não estão devidamente elucidados, inclusive na indicação do possível culpado, devolverá o processo ao sindicante ou comissão, para ulteriores diligências, em prazo certo, não superior a 05 dias úteis.

§ 2º De posse de novo relatório e elementos complementares, a autoridade decidirá nos prazos e nos termos deste artigo.

Seção IV

Do processo administrativo disciplinar

Art. 168 O processo administrativo disciplinar será conduzido por comissão de 03 servidores estáveis designados pela autoridade competente e indicará entre eles o presidente.

Parágrafo único. A comissão terá como secretário, um servidor designado pelo presidente, podendo a designação cair em um dos seus membros.

Art. 169 Determinado a comissão processante, sempre que necessário e expressamente no ato da designação, dedicará todo o tempo dos trabalhadores ao processo, ficando os membros da comissão em tal caso, dispensados dos serviços morais da repartição.

Art. 170 O processo administrativo, será contraditório, assegurada a ampla defesa ao acusado, com a utilização dos meios e recursos administrativos em direito.

Art. 171 Quando o processo administrativo disciplinar resultar de previa sindicância, o relatório desta integrará os autos como peça informativa da instrução e concluindo a sindicância pela prática de crime, a autoridade competente comunicará a autoridade policial

para as providências de praxe, independente do processo administrativo disciplinar.

Art. 172 O prazo para as conclusões do processo não excederá sessenta dias, contados da data do ato de contribuir a comissão, admitida a prorrogação por mais trinta dias, quando as circunstâncias o exigem, mediante autorização da autoridade que determinou a sua instauração.

Art. 173 As reuniões da comissão serão registradas em ata e detalharão as deliberações adotadas.

Art. 174 Ao instalar os trabalhos da comissão, o presidente determinará a situação da portaria e demais peças existentes e designará o dia, hora ou local para a primeira audiência e citação do indiciado.

Art. 175 A citação do indicado deverá ser feita pessoalmente e contra recibo, com pelo menos 48 horas de antecedência em relação à audiência inicial e conterá dia, hora e local e qualificação do indicado e a falta que é imputada.

§ 1º Caso indiciado se recuse a receber a citação, deverá o fato ser certificado, a visita de no mínimo duas testemunhas.

§ 2º Estando o indiciado ausente do município, se conhecido o seu endereço, será citado por via postal, em carta registrada, juntando-se ao processo e comprovante do registro a aviso do recebimento.

§ 3º Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, divulgado como os demais atos do município, com o prazo de 15 dias.

Art. 176 O indicado poderá constituir procurador para fazer a sua defesa.

Parágrafo único. Em caso de revelia, o presidente da comissão processante designará, de ofício, um defensor.

Art. 177 Na ausência marcada, a comissão promoverá o interrogatório do indicado, concedendo-lhe em seguida, o prazo de três dias, com visita do processo na repartição para oferecer defesa, requerer provas e arrolar testemunhas no máximo de 05 (cinco).

Parágrafo único. Havendo mais de um indicado o prazo será comum e de seis dias, contando a partir da tomada de declarações do último.

Art. 178 A comissão promoverá a tomada de depoimento, acareações investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas recorrendo quando necessário a técnicos e peritos de modo permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 179 O indiciado tem direito de, pessoalmente ou por intermédio de procurador, assistir os fatos probatórios, que se realizarem por intermédio do procurador, assistir aos fatos probatórios que se realizarem, requerendo à medida que julgar conveniente.

§ 1º O presidente da comissão poderá indeferir pedidos considerados importantes, protelatórios ou que não tragam esclarecimentos aos fatos.

§ 2º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando o fato não necessitar desse tipo de prova.

Art. 180 As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandato devendo a Segunda via com o ciente da intimação ser juntada aos outros.

Parágrafo único. Se à testemunha for servidor público, a expedição do mandato será imediatamente comunicado ao chefe da repartição onde serve, com indicação do dia e hora designados para a inquirição.

Art. 181 O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo não sendo lícito a testemunha traze-la por escrito.

§ 1º As testemunhas serão ouvidas separadamente, com prévia intimação do indiciado e seu procurador, se houver.

§ 2º No caso de depoimentos contraditórios poderá a comissão proceder a aceleração.

§ 3º A todos os atos se dará ciência o indiciado e seu procurador se houver.

Art. 182 O reinterrogatório do indiciado poderá ocorrer em qualquer fase do processo a juízo da comissão processante.

Art. 183 Ultimada a instrução do processo o indicado ou seu procurador será intimado para no prazo de dez dias, apresentar alegações finais, se estendendo a 15 dias se forem mais de um indicado.

Art. 184 Após o decurso do prazo, apresentada a defesa ou não, a comissão elaborará o relatório dando o seu parecer sobre a culpabilidade ou não do indicado.

Parágrafo único. O relatório será enviado a autoridade que determinou a abertura do inquérito, tudo isso no prazo de dez dias, contando do terceiro do prazo para representação da defesa.

Art. 186 Recebidos os outros, a autoridade que determinou a instauração do processo tomará as seguintes providências:

I - Dentro de 05 dias:

a) pedirá esclarecimentos ou providências a comissão processante.

b) encaminhará aos autos a autoridade superior, se entender que a pena cabível escapa da sua aliança.

II - Despachará o processo dentro de 10 dias, acolhendo ou não as conclusões da comissão processante.

Parágrafo único. Nos casos do inciso I deste artigo, o prazo para decisão final, será contado, respectivamente, a partir do retorno ou recebimento dos autos.

Art. 187 Da decisão final serão admitidos os recursos previstos em lei.

Art. 188 As irregularidades processais que não constituem vícios, substanciais insanáveis, suscetíveis de influírem na apuração da verdade ou na decisão do processo, não lhe determinarão a nulidade.

Art. 189 O servidor que estiver respondendo processo administrativo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido do cargo ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, caso evidentemente aplicada.

Parágrafo único. Excetua-se o caso de processo administrativo instaurado apenas para apurar o abandono de cargo, quando poderá haver exonerado a pedido, o que ficará a juízo da autoridade competente.

Seção V

Da revisão do processo

Art. 190 A revisão do processo administrativo poderá ser requerido nos prazos não prescritos e em única vez, quando:

I - A decisão for contrária ao texto da lei, ou provas dos autos;

II - A decisão se fundar em depoimento, exames ou documentos falsos;

III - Forem deduzíveis novas provas, capazes de atender novas a inocência ou a diminuição da pena do acusado.

Art. 191 No processo revisional o ônus da prova cabe a quem alega.

Art. 192 O processo de revisão será realizado por comissão designada segundo os moldes do processo administrativos e correrá a penas aos outros do processo principal.

Art. 193 As conclusões da comissão serão encaminhadas a autoridade competente, no prazo de 30 dias, devendo a decisão ser preferida num prazo de 10 dias.

Art. 194 Julgada procedente a revisão será tornado sem efeito a decisão anterior, restabelecendo-se as coisas no "stato quo".

TÍTULO VII

DA SEGURIDADE PESSOAL AO SERVIDOR

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 195 O município manterá, mediante sistema contributivo, plano de seguridade social para o servidor submetido ao regime que trata esta lei e para sua família.

Parágrafo único. O plano de trata este artigo poderá no todo ou em parte ser satisfeito por instituição social de previdência, assistência a saúde ou assistência social para a qual contribuição o município e o servidor.

Art. 196 Plano de seguridade social visa dar cobertura aos riscos a que está sujeito o servidor e sua família e compreende um conjunto de benefícios e ações que atendam as seguintes finalidades:

I - Garantir meios de subsistência nos eventos de doença, invalidez, velhice, acidentes de serviço, inatividade, falecimento e reclusão.

II - Proteção à maternidade, a adoção e a paternidade.

III - Assistência à saúde.

Art. 197 Os benefícios do plano de seguridade social compreendem:

I - Quando o servidor: aposentadoria, auxílio natalidade, salário família, licença para tratamento de saúde, licença a gestante, a adotante e a paternidade e licença por acidente de serviço.

II - Quanto ao dependente: pensão por morte, auxílio funeral, e auxílio reclusão.

Capítulo II DOS BENEFÍCIOS

Seção I Da aposentadoria

Art. 198 O servidor será aposentado:

I - Por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente de serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei e proporcionais aos demais casos.

II - Compulsoriamente, aos 70 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

III - Voluntariamente:

- a) Aos trinta e cinco anos de serviço se homem e aos trinta anos se mulher com proventos integrais.
- b) Aos trinta anos de efetivo exercício em função do magistério se professor, e vinte e cinco anos se professora com provento integrais.
- c) aos trinta anos de serviço se homem a aos vinte e cinco se mulher com proventos proporcionais a esse tempo;
- d) Aos sessenta e cinco anos de idade se homem e aos sessenta se mulher com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Parágrafo único. Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo: tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), síndrome da imuno deficiência adquirida - AIDS e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada.

Art. 199 A aposentadoria compulsória será automática e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato aquele em que o servidor atingir a idade limite de permanência no serviço ativo.

Art. 200 A aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data de publicação do respectivo ato.

§ 1º a aposentadoria por invalidez será de licença para tratamento de saúde, salvo quando laudo de junta médica concluir desde logo pela incapacidade definitiva para o serviço público.

§ 2º Será aposentado o servidor que após vinte e quatro meses de licença para tratamento de saúde, for considerado inválido para o serviço, mediante laudo de junta médica.

Art. 201 O provento de aposentadoria será revisto na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Parágrafo único. São estendidos aos inativos quais quer benefícios ou vantagens posteriores concedidos aos servidores em atividade inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 202 O servidor aposentado com proventos proporcionais ao tempo de serviço, se acometido de qualquer das moléstias especificadas no artigo 198º, parágrafo único, terá o provento integralizado.

Art. 203 Quando proporcional ao tempo de serviço, o provento não será inferior a um terço do vencimento da atividade, nem ao valor do menor padrão de vencimentos do quadro de

servidores municipais.

Art. 204 Além do vencimento do cargo, integram o cálculo do provento:

I - O valor da função gratificada se o servidor contar pelo menos 05 anos de exercício em posto de confiança e desde que se encontre no exercício, na condição de titular por ocasião da aposentadoria, pelo prazo mínimo de dois anos;

II - O adicional por tempo de serviço;

III - O adicional noturno e o adicional pelo exercício de atividades em condições penosas, proporcionalmente aos anos completos de exercício com percepção de vantagens.

Art. 205 Ao servidor aposentado será paga a gratificação natalina no mês de dezembro em valor equivalente ao respectivo provento, deduzido o adiantamento recebido.

Parágrafo único. Se à vantagem for paga pelo instituto de previdência a que estiver vinculado o aposentado, o município pagará a complementação, até integralizar o valor total do provimento.

Seção II

Do auxílio natalidade

Art. 206 O auxílio natalidade é devido a servidora, por tempo de nascimento de filho, em quantia equivalente a 50% do menor padrão de vencimento do plano de carreira, inclusive no caso de nati-morte.

§ 1º no caso de parto múltiplo o valor será acrescido de 50%.

§ 2º não sendo a parturiente servidora do município, o auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro servidor municipal.

Seção III

Do salário família

Art. 207 O salário família será devido aos servidores ativos ou inativos na proporção de números de filhos ou equiparados.

Parágrafo único. Consideram-se equiparados para fins deste artigo o enteado o menor sob guarda, que vivam em companhia as expensas do servidor ou inativo.

Art. 208 O valor da cota do salário família será pago mensalmente no valor de 05% do menor padrão do vencimento do quadro de servidores do município, obedecendo ao critério do arredondamento a unidade seguinte por filho ou equiparado, até completar a idade de 14 anos ou inválido a qualquer idade.

§ 1º Quando ambos os cônjuges forem servidores, assistirá a cada um separadamente, o direito a percepção a salário família.

§ 2º Não será devido o salário família relativamente ao cargo exercido cumulativamente ao servidor no município.

§ 3º É assegurado o pagamento do salário família durante o período em que, por penalidade, o servidor deixar de perceber remuneração.

Art. 209 O salário família começará a ser pago no dia em que o servidor fizer prova desse direito.

Parágrafo único. O pagamento do salário família é condicionado a apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória do filho equiparado.

Seção IV

Da licença para tratamento de saúde

Art. 210 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração que fizer juz.

Art. 211 Para licença de até 15 dias, a inspeção será feita por médico oficial do município e a partir desse prazo, por junta médica.

Parágrafo único. Inexistindo médico do município, será aceito atestado firmado por outro médico.

Art. 212 Será punido disciplinarmente com suspensão de 15 dias o servidor que se recusar ao exame médico, cessando os efeitos da penalidade logo se verifique o exame.

Art. 213 A licença poderá ser prorrogada:

I - De ofício por decisão do órgão competente;

II - A pedido do servidor, formulado até três dias antes do término da licença vigente.

Art. 214 O servidor licenciado para tratamento de saúde não poderá dedicar-se a quais quer outras atividades remuneradas, sob pena ter cassada a licença vigente.

Seção V

Da licença a gestante, adotante e a paternidade.

Art. 215 Será concedida mediante laudo médico, licença a servidora gestante, por 120 dias consecutivos sem prejuízos da remuneração:

§ 1º A licença deverá ter início no primeiro dia do nono mês de gestão, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 2º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§ 3º No caso do natimorto, decorrido de trinta dias do evento, a servidora será submetida a exame médico e se julgada apta, reassumirá o cargo.

§ 5º No caso de aborto, não criminoso, atestado por médico oficial, a servidora terá 30 dias de repouso remunerado.

Art. 216 A servidora que adotar criança de até um ano de idade serão concedidos 60 dias de licença remunerada, para ajustar o adotado ao lar.

Parágrafo único. No caso e adoção de criança de mais de um ano até sete anos o prazo que trata este artigo será de trinta dias.

Art. 217 A licença a paternidade será de 08 dias, a contar da data do nascimento do filho, sem prejuízo de remuneração.

Seção VI

Da licença por acidente em serviço

Art. 218 O servidor acidentado em serviço gozará de licença remunerada, integral.

Art. 219 Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor e que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo em exercício.

Parágrafo único. Equipara-se em acidente em serviço o dano:

I - Decorrente a agressão sofrida e não provocada pelo servidor em exercício do cargo; e

II - Sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.

Art. 220 O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá ser tratado em instituição provada a conta dos recursos públicos.

Parágrafo único. O tratamento de trata este artigo, recomendado por junta médica oficial, constitui medida de exoneração e somente será admissível quando inexistirem recursos adequados em instituição pública.

Art. 221 A prova de acidente será feita no prazo de 05 dias, prorrogáveis quando as circunstâncias exigirem.

Seção VII

Da pensão por morte

Art. 222 A pensão por morte será devida mensalmente ao conjunto de dependentes do servidor falecido, aposentado ou não, a contar do óbito observada a procedência estabelecida no artigo 224º.

Parágrafo único. O valor mensal e integral a pensão a que tem direito o conjunto de beneficiário será igual a 80% do total da remuneração computável para o provento de aposentadoria do servidor ou, se aposentado, do valor do próprio provento.

Art. 223 O valor mensal integral da pensão por morte em nenhuma hipótese será inferior ao valor do menor vencimento do padrão de servidores do município.

Art. 224 São beneficiários da pensão por morte, na condição de dependentes do servidor:

I - O cônjuge ou companheiro e os filhos de qualquer condição, menores de 18 anos ou inválidos.

II - Os pais, desde que comprovem dependência econômica ao servidor.

III - Os irmãos menores de 18 anos e órfãos de pai e sem padrasto e os inválidos, enquanto durar a invalidez, que comprovem dependência econômica do servidor; e

IV - As pessoas designadas que vivam na dependência econômica do servidor, menores de 18 anos ou maiores de 60 anos.

§ 1º Equipara-se o filho, nas condições do item I deste artigo, o enteado, o menor sob guarda judicial e o tutelado que não possuam condições suficientes para o próprio sustento e educação, conforme declaração escrita do segurado;

§ 2º Consideram-se companheiros as pessoas que tenham mantido vida em comum nos últimos cinco anos ou por menor tempo, se tiverem filhos em comum.

§ 3º A designação de pessoa ou pessoas, na forma do item IV, somente será válida quando fita pelo menos seis meses antes do óbito.

Art. 225 A importância total será rateada;

I - 50% para o cônjuge ou companheiro remanescente;

II - Em partes iguais, entre os demais dependentes, segundo ordem de procedência.

§ 1º O rateio da pensão por morte será protelada por falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data de habilitação.

§ 2º O cônjuge divorciado ou separado judicialmente, que recebia pensão de alimentos,

tem direito da referida pensão judicialmente arbitrada, destinando-se em partes iguais aos demais dependentes habilitados.

Art. 226 Por morte presumida do servidor, declarada pela autoridade judicial competente, decorrido seis meses da ausência, será concedida pensão provisória na forma desta seção.

§ 1º Mediante prova de desaparecimento do segurado com consequência, de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão juz a pensão provisória independentemente do prazo deste artigo.

§ 2º Verificando o reaparecimento de servidor, o pagamento da pensão cessa imediatamente, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos.

Art. 227 Acarreta perda da qualidade de beneficiário:

I - O seu falecimento;

II - O casamento para qualquer penosidade;

III - Anulação do casamento;

IV - A cessação da invalidez, em se tratando de beneficiário inválido; e

V - A maioridade para o filho ou irmão ou dependente menor designado, de ambos os sexos, exceto o inválido, ao completar 18 anos de idade.

Parágrafo único. No caso previsto neste artigo, haverá reversão da cota da pensão em favor dos demais pensionistas da mesma classe.

Art. 228 Não faz juz a pensão o beneficiário condenado pela prática de crime doloso de que resultou a morte do servidor, sendo aquele o seu autor.

Art. 229 A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo prescrevendo tão somente as prestações exigíveis há mais de 05 anos.

Art. 230 As pensões serão atualizadas na mesma data e na mesma proporção dos reajustes dos vencimentos dos servidores.

Seção VIII Do auxílio funeral

Art. 231 O auxílio funeral é devido à família do servidor falecido, na atividade na disponibilidade ou aposentado, em valor equivalente a um e meio vencimento do menor padrão do quadro de cargos efetivos do município.

§ 1º Feita a prova que o funeral foi custeado por terceiros este será indenizado das despesas realizadas, até o valor máximo previsto neste artigo.

§ 2º Somente será pago o auxílio mediante prova efetiva do óbito e o pagamento será o equivalente da data da morte.

Seção IX Do auxílio reclusão

Art. 232 A família do servidor ativo é devido o auxílio reclusão nos seguintes casos:

I - 1/3 (um terço) dos vencimentos quando afastados por motivo de prisão preventiva;

II - 2/3 (dois terços) durante o afastamento em virtude de condenação por sentença definitiva, a pena que não determine a perda do cargo.

Parágrafo único. O pagamento do auxílio reclusão cessará a partir do dia imediato aquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional.

Capítulo III DA ASSISTÊNCIA A SAÚDE

Art. 233 A assistência a saúde do servidor e de sua família compreende assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada mediante sistema próprio do município, ou mediante convênios nos termos da lei.

Capítulo IV DO CUSTEIO

Art. 234 O plano de seguridade social, será custeado com o produto da arrecadação de contribuições sociais obrigatórias:

I - Dos servidores municipais, inclusive ocupantes de cargos e funções de confiança;

II - O município inclusive Câmara Municipal, autarquias e funções.

Parágrafo único. Os percentuais de contribuição, serão fixados em lei.

Art. 235 Se o plano de seguridade for assegurado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 195º, por instituição oficial de previdência, as contribuições serão as estabelecidas pela referida entidade.

§ 1º O município assegurará, na hipótese deste artigo, a complementação deste artigo, a complementação dos benefícios concedidos pela instituição de previdência em valores menores aos previstos nesta lei.

§ 2º O município assegurará, também o pagamento integral dos municípios concedidos pela constituição de previdência em valores menores aos previstos nesta lei.

§ 3º Para cobertura das complementações de tratam os parágrafos, precedentes, o município poderá instituir sistema contributivo complementar.

TÍTULO VIII DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE.

Art. 236 Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, poderão ser efetuados contratações de pessoal por tempo determinado.

Art. 237 Consideram-se como se necessidade temporária de excepcional interesse público, contratações que visam; a

I - Atender situações de calamidade pública;

II - Combater surtos por epidêmicos;

III - Atender outras situações de emergência que vierem a ser definidas em lei.

Art. 238 As contratação que trata este capítulo terão dotações orçamentárias específicas e não poderão ultrapassar o prazo de 09 (nove) meses.

Art. 239 É vedado o desvio de função de pessoa contratada, na forma deste artigo, bem como a sua contratação, antes de decorridos seis meses do término do contrato anterior, sob pena de nulidade de contrato e responsabilidade administrativa civil da autoridade contratante.

Art. 240 Nos contratos deverão contar as seguintes cláusulas:

I - Remuneração equivalente e dos servidores;

II - Jornada de trabalho, serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, adicional noturno, gratificações etc.

III - Férias proporcionais e inscrição no sistema de previdência;

IV - Inscrição em sistema decimal de previdência social.

TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS.

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 241 O dia do servidor será comemorado no dia 28 de outubro.

Art. 242 Os prazos previstos nesta lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do fim ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte se o prazo vencer em dia que não haja expediente.

Art. 243 Considera-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam as suas expensas e constem do seu assentamento individual.

Parágrafo único. Equipara-se ao cônjuge a companheira ou companheiro que tenham a vida em comum a mais de 05 anos ou da união houver prole.

Capítulo II DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 244 As disposições desta lei aplicam-se aos servidores dos poderes executivos e legislativos das autarquias e fundações públicas.

Art. 245 Os atuais servidores municipais estatutários ou celetistas, admitidos mediante concurso público ou que tenham posse em cargo público, ficam submetidos ao regime desta lei.

§ 1º Os empregos ocupados pelos servidores, ficam transformados em cargos na data de publicação desta lei.

§ 2º Os contratos individuais de trabalho se extinguem automaticamente pela transformação do emprego, assegurado as verbas rescisórias cabíveis.

§ 3º Em relação às férias, o servidor poderá optar, mediante termo escrito, em recebê-las no termo de quitação de contrato ou pela continuidade da contagem do tempo de serviço para posterior gozo no novo regime.

Art. 246 Os cargos em comissão e funções de confiança regido pela consolidação das Leis do Trabalho, passam a ser regidos por estas leis, com a extinção automática da relação de emprego asseguradas aos seus ocupantes as verbas rescisórias e opção quanto às férias na forma desta lei.

Art. 247 Os servidores celetistas não concursados a estáveis nos termos do artigo 19º das atribuições constitucionais Transitórias constituirão quadro especial em extinção, excepcionalmente regidos pela C.L.T. com remuneração e vantagens estabelecidas em lei especial, até o ingresso por concurso em cargo sob regime desta lei.

Art. 248 Os contratos de trabalho dos servidores celetistas admitidos sem concurso público e não portadores de estabilidade referida no artigo anterior, serão rescindidos dentro de 90

dias a contar da vigência desta lei.

§ 1º durante o prazo que trata deste artigo, o município promoverá a realização do concurso para cargos iguais ou assemelhados aos empregos desempenhados pelos referidos servidores, para oportunizar o ingresso dos mesmos no regime desta lei.

§ 2º Os que lograrem aprovação e classificação de modo a permitir o aproveitamento segundo as vagas existentes e necessidade do serviço público municipal, serão nomeados cargos sob regime desta lei quando os demais, inclusive os que não se submeterem ao concurso público, excluídos dos quadros dos servidores.

Art. 249 Fica assegurado os atuais servidores, que tenham completado o decênio aquisitivo para fins de licença-prêmio, antes da vigência desta lei, anterior concessora dessa vantagem.

§ 1º Os servidores cujo período de aquisição da licença-prêmio contar com período igual ou superior a cinco anos, fica assegurado o direito nos termos deste artigo de modo proporcional.

§ 2º Aos servidores cujo período de aquisição da licença-prêmio prevista na legislação anterior contar com menos de cinco anos, serão computado aquele tempo de serviço para inteiração do quinquênio aquisitivo do prêmio por assiduidade previsto no artigo 97º desta lei.

§ 3º Para os demais servidores o período aquisitivo para fins de prêmios por assiduidade, terá início a partir da investidura em cargos efetivo sob a égide do regime desta lei.

Art. 250 Os adicionais por tempo de serviço já concedido aos servidores abrangidos por esta lei ficam transformados em anuênios.

Parágrafo único. Na hipótese de o valor percebido em decorrência de adicionais por tempo de serviço ser superior ao resultante da transformação por anuênios, o excesso será percebido como vantagem pessoal inalterável no seu "quantum", a ser absorvido em futuros aumentos ou reajustes de vencimentos.

Art. 251 Do exercício de encargos ou serviços diferentes dos definidos em lei, ou regulamento, como próprios de seu cargo ou função gratificada, não decorre direito ao servidor.

Art. 252 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 253 Esta lei estará em vigor no dia primeiro do mês seguinte de sua publicação.

Registre-se e publique-se. Data supra.

Gelson Antônio Galli
Prefeito em exercício

